



# A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE MODERNIDADE: ANÁLISE DO COTIDIANO DE OPERÁRIOS E DETENTOS DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE ITAMARACÁ ENTRE 1938 E 1962.<sup>1</sup>

Mestrando Josué Lopes dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

A Ilha de Itamaracá, no litoral norte de Pernambuco, está inserida atualmente nas rotas turísticas deste estado devido a sua relevância histórica que remonta ao período colonial. A despeito deste fator, integrando as reformas políticas acompanhadas de revalorização urbanística pernambucana durante o período da interventoria de Agamenon Magalhães, em que o novo deveria ser exaltado e os marginalizados excluídos, foi construída a Penitenciária Agrícola de Itamaracá – PAI, no território da ilha, longe dos olhos da sociedade recifense, obra iniciada em 1938. Nosso objetivo é apresentar os resultados de pesquisa no Arquivo Público Jordão Emerenciano; onde, através do fundo de fotografias da época existentes no local e os documentos da Secretaria de Arquitetura e Urbanismo, também alocados neste arquivo, buscamos realizar uma análise do cotidiano dos operários envolvidos na construção do presídio e dos primeiros anos de funcionamento do mesmo. O *corpus* documental analisado apresenta diversas etapas da obra, os operários de diversos setores aparecem muitas vezes nas fotografias usando chapéu de palha em meio a escombros e ferragens, tendo o mar ao fundo. Entregue a sociedade em 1940, acompanhada das obras de qualificação da ponte ligando a Ilha de Itamaracá ao continente que foi inaugurada com o nome de Ponte Getúlio Vargas, a PAI tinha a proposta primeira de resocializar os seus detentos, lá eles poderiam ter moradia separada e aprenderiam ofícios manuais, como carpintaria e marcenaria, assim a penitenciária encerrava em seus muros um protótipo de cidade. A partir da década de 1980 a viabilidade de se manter tal instituição na ilha começou a ser discutida entre os políticos pernambucanos, já que a presença do presídio, no discurso político, teria aumentado a criminalidade no local e afastava os turistas. Hoje decidiu-se pela retirada do presídio do local, e os detentos transferidos para Itaquitinga na zona da mata pernambucana.

**Palavras-chave:** Trabalho, cidadania, Agamenon Magalhães, Ilha de Itamaracá.

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.(Foucault, 2006:8).

A Ilha de Itamaracá teve grande importância no cenário político e econômico da América portuguesa colonial. A princípio, Itamaracá era ocupada por indígenas, principalmente os caeté e os tabajara, aos quais se deve o seu nome que significa “Pedra que canta”. No século XVI com a chegada do colonizador, o local passou a pertencer ao donatário

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à disciplina História e Imagem: Uma abordagem teórica, ministrada pela Dra. Fabiana Bruce na Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco em 2009.

<sup>2</sup> Aluno do mestrado em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: josueufrpe@gmail.com.

Pero Lopes de Souza de acordo com o sistema de Capitâneas Hereditárias. Avançando no contexto histórico, o século XIX foi marcado na Ilha de Itamaracá como um período de afirmação enquanto cidade, a partir de então emancipada de Igarassú, a quem pertencia sua jurisdição até meados deste século.

Sendo um ponto histórico de Pernambuco, com fortificações, igrejas e engenhos antigos, além de portadora de uma grande beleza natural, que remete a sua importância, a construção na Ilha de Itamaracá de um Presídio em 1939 batizado de Penitenciária Agrícola de Itamaracá – P.A.I. pode ser considerada, na conjuntura atual, um erro político, já que negligencia a importância histórica e desvaloriza o potencial turístico da região. Esforços de diversos segmentos sociais atualmente visam à retirada do presídio da Ilha; o que parece, porém, é que as negociações caminham em ritmo lento.

A discussão, como disse, é bastante antiga; a ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura realizada em 18 de outubro de 1983 dá indícios do teor das negociações, nela o então Deputado Nilton Carneiro argumenta a favor da remoção da P.A.I. para uma região no interior do Estado. A idéia do documento é sempre enaltecer os monumentos históricos como importantes para a construção de uma Identidade pernambucana. No entanto, as negociações caminham em comum acordo para realmente a remoção do presídio; vale salientar que ainda hoje a penitenciária continua funcionando na Ilha. Na fala do Deputado Nilton Carneiro:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a melhor providência neste sentido, como deseja e Deputado Antônio Airton Benjamin, é remover o presídio de Itamaracá, para uma outra área, como por exemplo, Canhotinho, que dispõe de um presídio agrícola, e também poder-se-ia modificar a paisagem de Itamaracá, que é um lugar por excelência, para turismo e mudar o presídio que ali existe, constringendo todas as pessoas que ali residem e também os turistas que vão apreciar a bela paisagem que a natureza oferece. Vou encaminhar à Mesa na reunião de amanhã um Projeto de Lei, caso nos seja dado o direito de encaminhar à Mesa uma Lei neste sentido ou então um Requerimento, sugerindo ao governo do Estado a transferência do Presídio de Itamaracá para Canhotinho, onde já existe um Presídio construído por Eraldo Gueiros e, certamente, o Governo poderia unificar esses dois presídios na cidade de Canhotinho.<sup>3</sup>

O principal argumento contra vem do na época Deputado Joaquim Guerra que discorda diretamente das colocações de Nilton Carneiro. Se apegando a idéia de símbolos nacionais, eleva o Presídio a esta categoria e ainda se remete ao caráter de escola para novos profissionais que era a intenção das autoridades desde a construção do Presídio na década de

<sup>3</sup> Ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura. Realizada em 18 de outubro de 1983.

1930. O discurso de Joaquim Guerra é bastante ligado a uma questão de identidade pernambucana, nega naquele momento que o presídio de Itamaracá seja realmente um empecilho ao turista; segundo ele:

Nobre Dep. Nilton Carneiro, eu quero dizer neste momento, mesmo confiando no espírito público de V.Exa. que vem aqui nesta Tribuna falar sobre o problema da penitenciária de Itamaracá. Quero dizer a V.Exa. que discordo das colocações feitas nesta hora, quando diz da inviabilidade da Penitenciária Agrícola de Itamaracá. Penitenciária esta, que é um símbolo, um marco histórico nas páginas da história de Pernambuco. Sabe V.Exa. que aquela penitenciária já trouxe a vida pública a vários homens, que prestaram serviços ao nosso Estado. Aquilo é uma escola de homens capazes de ingressar na vida pública, demonstrando a sua capacidade administrativa e, infelizmente, não quero citar nomes, as pessoas que por ali passaram, deixaram que o Presídio da Ilha de Itamaracá, que a Penitenciária Agrícola de Itamaracá é totalmente viável e não impede, que os turistas, que recorrem às praias de Itamaracá, façam lá o seu lazer e os seus dias de descanso juntamente com suas famílias. Muito obrigado.<sup>4</sup>

A Penitenciária Agrícola de Itamaracá foi construída pela empresa Emilio Odebrecht & Cia. LTDA., sediada na Bahia, a partir de um contrato assinado entre a empresa e a Secretaria de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco em junho de 1938, sendo o Engenheiro José Candido de Moraes responsável prático pelas obras. Em 25 de outubro de 1940 a obra foi entregue em partes ao governo do Estado, somente em abril de 1941 é que ela foi totalmente entregue as instâncias responsáveis.<sup>5</sup>

Dentro da perspectiva do Estado Novo de Getúlio Vargas, a interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco se insere no sentido firmar, ou afirmar, o Estado enquanto potencia nacional. Um estado novo e moderno, no sentido de modernizado, era de extrema importância para este processo. Equiparar o Recife a cidades modernas do Brasil, como o Rio de Janeiro, era uma das principais metas da interventoria em Pernambuco. Sendo assim, a perspectiva assumida era a de remodelar a estrutura urbana da cidade extirpando o velho e maquiando os contrastes sociais que saltavam aos olhos ainda mais naquele período. Sendo assim, sanear, higienizar e embelezar a cidade estavam entre as principais atitudes do governo neste momento. Esta percepção justificava mais ainda a idéia da construção de um presídio dentro da perspectiva de punir e estabelecer o controle do estado sobre a sociedade, foi escolhido então um local distante e de difícil acesso na Ilha de Itamaracá.

O processo de construção do Presídio foi acompanhado de perto por um fotógrafo desde 1939; a partir das investigações realizadas foi possível levantar o nome de Joaquim

<sup>4</sup> Ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura. Realizada em 18 de outubro de 1983.

<sup>5</sup> APEJE, Obras Públicas. 15Q – 2B.

Navarro como o provável autor de algumas destas imagens apresentadas neste artigo<sup>6</sup>. Imagens estas que registraram não apenas as macro-estruturas do processo, mais também o cotidiano dos operários que atuaram na entrega da obra ao poder público em tempo *récord* e ainda registra o cotidiano dos primeiros anos de funcionamento desta penitenciária.

Explicitadas as estruturas sociais e políticas que envolveram a construção da Penitenciária de Itamaracá até os esforços para a retirada do mesmo da Ilha, será esboçada agora uma análise específica sobre o processo de construção do Presídio a partir das fotografias encontradas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE desde 1939 até 1962, associando a documentação da Secretaria de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco. Boa parte deste período Agamenon Magalhães é interventor em Pernambuco, respondendo a Getúlio Vargas no contexto do Estado Novo.

Boris Kossoy explica que a fotografia é resultado da ação de três componentes básicos que são o homem, o tema e a técnica. Neste sentido o espaço e o tempo se tornam conseqüências deste ato fotográfico, ou seja, a fotografia está ligada a uma baliza que passa de uma ação mecânica até a subjetividade ou intencionalidade do autor, ou fotógrafo, que acaba por definir um espaço e tempo específicos materializados na superfície da fotografia.

Pensando em relação a este pressuposto, percebemos no *corpus* documental analisado sobre o processo de construção e interação social na penitenciária Agrícola de Itamaracá, que as fotografias foram realizadas por pessoas profissionais que dominavam as técnicas básicas que envolviam a tecnologia na época, porém a intenção e o tema escolhido era direcionado a partir de enfoques políticos, pois neste contexto as fotografias eram usadas como demonstração ou testemunho de uma ação política bem sucedida, ao menos em teoria. Neste sentido, o fotógrafo atua como filtro, ou mediador cultural do Estado para a sociedade.

Sendo uma Ilha, Itamaracá tinha obviamente uma condição especial em relação ao transporte: era preciso uma ponte em boas condições sobre o Canal de Santa Cruz, que separa a Ilha do continente. Estes são os primeiros esforços para a construção da Penitenciária; a ponte é construída em 1939 e recebe o nome de “Ponte Getúlio Vargas” o nome reflete a conjuntura política do momento, esta ponte liga a Ilha de Itamaracá a região de Itapissuma e substitui em condições mais dignas e seguras a antiga ponte precária que existia. A Obra sendo uma prerrogativa para a construção da Penitenciária, também foi registrada em

---

<sup>6</sup> Em um documento de 1939, época em que as primeiras fotografias de acompanhamento das obras de construção da penitenciária são datadas, Joaquim Navarro que era fotógrafo profissional coloca-se a disposição para realizar o registro fotográfico da obra, no documento é possível visualizar o despacho favorável ao pedido.



fotografias que remontam diversos momentos do processo, desde o aterro até a inauguração e por fim a construção da guarita policial que visava controlar o acesso à Ilha de Itamaracá, já que aquela era a única rota por terra disponível. A população da Ilha parece que logo se apropria da novidade, pois a ponte é realmente um aspecto que vai alterar totalmente o contexto social daquela região. Ligando dois mundos, o moderno e o antigo, a Ponte Getúlio Vargas logo recebe uma guarnição policial para controlar o tráfego, demanda que a penitenciária requer a partir de agora. Analisando a fotografia percebemos que a guarita em evidência faz com que a imagem transmita a idéia de uma cidade vigiada, esta que era realmente a nova configuração social da Ilha de Itamaracá a partir de agora.



Imagem 1: Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 05. Foto:6805

Em 1939, uma outra imagem chama a atenção, ela retrata um grupo de operários sobre as estruturas do telhado das futuras instalações da Penitenciária Agrícola de Itamaracá. A origem popular deste tipo de funcionário pode ser percebida na imagem, estes que usam o habitual chapéu de palha para se esquivarem do sol quente; Interessante perceber que em primeiro plano só se percebe desordem, com as vigas ainda expostas, os operários realizam suas funções; Sendo que ao fundo é possível visualizar o mar, perto e distante para eles.

Aparentemente  
trabalham no  
detenção



os funcionários  
edifício da casa de  
propriamente dita.



Imagem 2: Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 05. Foto:6777

Os quatro anos que marcaram o andamento das obras de construção da Penitenciária Agrícola de Itamaracá envolveram diversos personagens que atuaram direta ou indiretamente no processo. Neste sentido, as fotografias serviram como denunciador destes agentes sociais pouco visíveis e que foram representados pelas lentes de pessoas que talvez involuntariamente atuaram como perpetuadores de uma história fadada ao esquecimento. Neste sentido, adotando a perspectiva de Miriam Moreira Leite, percebemos que a imagem atua para recriar ou reviver a partir de uma outra percepção determinado contexto; segundo esta autora a fotografia não deve ser percebida apenas como uma explicação do passado, pois a percepção do observador é negligenciada nesta abordagem.

O caos aparente na construção é registrado em uma fotografia que mostra já um momento mais avançado da obra em que se percebem os operários espalhados em condições de trabalho visivelmente precárias. Focados em várias atividades simultâneas em meio à máquinas e caminhões, este momento reflete a importância da obra naquele momento. Dar um retorno a sociedade era importante no contexto, a obra avançada era divulgada nos jornais da época, também a inauguração e a finalização da construção foi amplamente divulgada no momento como mais uma bem sucedida ação do governo.



Imagem 3:Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 05. Foto:6789

Em 1940, com parte significativa da macroestrutura da obra já concluída, a penitenciária agrícola é novamente clicada e agora os operários parecem posar para a foto, percebendo que estão sendo fotografados, sempre com o mar ao fundo, eles são uma constante nos registros deste período da construção, provavelmente para transmitir uma percepção de que as coisas estão indo bem neste contexto. A perspectiva adotada pelo fotógrafo dá uma idéia da grandiosidade da obra, importante para uma resposta social necessária naquele momento. A intenção era realmente transformar o monumento em um marco da história de Pernambuco.







Imagem 4: Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 05. Foto:6779

Parte da obra é entregue ao Governo do Estado de Pernambuco e as atividades da Penitenciária são iniciadas em 1940; neste momento já estão em condições de uso a casa de detenção, retratada nas três imagens anteriores, e alguns prédios institucionais como o Gabinete do Diretor e a parte do presídio destinado aos presos.

A perspectiva de atuação social da Penitenciária era justamente de reintegrar estes detentos à sociedade, nesta percepção os presos poderiam aprender profissões e viver em regime de moradia externa, dentro das terras do presídio em casas especiais construídas para este fim. Na fotografia seguinte observamos provavelmente um detento segurando uma maquete da casa ao fundo, estas que foram construídas em meados da década de 1950 para os detentos mais comportados. A possibilidade de residir em casas especiais até mesmo com parte da família era uma característica bastante peculiar da P.A.I.



Imagem 5: Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 06. Foto:6769



A Fotografia neste sentido possibilita uma nova problemática em relação a estes agentes sociais envolvidos neste processo, pois permite uma compreensão de fatos do passado a partir de novas questões que poderiam não ser contempladas senão a partir do registro fotográfico dentro de um contexto de recriação e re-significação do objeto de estudo. Este é o caso da análise do cotidiano destes operários e detentos ligados á P.A.I. entre as décadas de 1930 e 1960, que tiveram sua atuação registrada sob diversas perspectivas diferentes.

As casas construídas para os detentos eram apenas uma parcela do que o preso poderia dispor na penitenciária. A percepção era de um presídio modelo que atendesse estritamente a demanda de tornar aquele preso novamente sociável, só que agora com uma profissão; visando sempre a inserção dos detentos na vida fora dos muros da penitenciária, a partir de uma ação enérgica dos governantes.<sup>7</sup> Esta perspectiva adotada na P.A.I. reflete o momento político da época e as fotografias servem como justificativa social para mostrar empiricamente os benefícios que aquela instituição estava causando na sociedade pernambucana, especificamente nos transgressores desta sociedade.

Alargando as possibilidades de análise, buscamos entender o presídio de Itamaracá como também um lugar de sociabilidades, com características diferentes de outras penitenciárias e bastante inovadoras para a época. Neste sentido, Sandra Jatahy Pesavento explica em relação à concepção de cidade como lugar de interação social:

Mas a cidade, na sua compreensão, é também *sociabilidade*: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do habitar, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do humano: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO, 2007:3)

Dentro desta perspectiva, a intenção das autoridades em organizar a Penitenciária agrícola de Itamaracá era justamente promover a reintegração social; nada melhor para isto do que reconstruir todas as estruturas sociais extramuros, dentro das muralhas da penitenciária. Neste sentido podemos dizer que a P.A.I. recria uma cidade em seus muros; possibilitando moradia autônoma, trabalho em atividades agrárias, em atividades profissionalizantes como sapataria, carpintaria, marcenaria e até uma difusora de rádio que repassava as notícias do

---

<sup>7</sup> Este é justamente o argumento usado pelo deputado Joaquim Guerra em 1983, tentando demonstrar a aparente função social que o presídio tinha na época da inauguração, continuava tendo na década de 1980 e este argumento é utilizado ainda hoje nas discussões à respeito.

mundo exterior. Para dar uma justificativa à sociedade dos benefícios desta perspectiva adotada é que o cotidiano destes detentos foram registrado em fotografias.

Para além destes discursos que se queria perpetuar nestes registros fotográficos ostentando uma ordem ideal, Ítalo Calvino atenta para o fato de que “*jamaiz se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve*” (CALVINO, 1990: 59). Enquanto maquete de uma cidade, a instituição penal analisada neste trabalho não foge a esta regra. A ordem social era vigiada de perto pelas instituições de poder.

A década de 1960 é o momento em que a maior quantidade de fotografias retratando o cotidiano destes detentos é registrada, nelas podemos observar o pinteiro e a tipografia em funcionamento, por exemplo. As características de uma penitenciária agrícola eram refletidas nas atividades cotidianas, que ao mesmo tempo em que se garantia um sustento durante o tempo de prisão, ensinava uma profissão àqueles detentos, ao menos era este o discurso que era difundido.



Imagem 6:

Pinteiro, Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 06. Foto:6795



Imagem 7: Carpintaria, Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 06. Foto:6797

A fotografia da sapataria merece especial atenção, em plena atividade no momento do registro fotográfico, demonstra bem esta intenção de reintegrar os detentos à sociedade a partir de ações sociais intensivas. Esta percepção traz para a discussão a idéia de poder disciplinar que permeia o ambiente de uma casa de detenção, mesmo a P.A.I. que aparentemente era uma instituição diferente de outras do gênero mais que no cerne, esconde um disciplinamento rigoroso de seus detentos, principalmente aqueles que ainda não conseguiram regalias como moradia própria ou regime semi-aberto. A intenção do fotógrafo parece ser justamente argumentar a favor desta idéia de função social evidente a partir de suas imagens.



Imagem 8:Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 06. Foto:6806

Apesar da aparente situação de total autonomia, os detentos eram sim vigiados constantemente, sempre sob os olhos “atentos” das forças policiais que vigiavam suas ações neste cotidiano diferenciado em que estavam inseridos. Um denunciador disto são as fotografias, em uma de 1961 é possível observar um detento andando de “charrete” no ambiente da penitenciária passando perto do corpo da guarda guarnecida pelo policial que parece observar os fatos imediatos, na saída da ponte. A legenda da Imagem escrita na época nos dá idéia da intenção destas fotografias, pois ela explica que as “charretes” foram construídas para transporte interno e evidencia o fato de que elas foram feitas totalmente pelos detentos. Vale salientar que nesta imagem, o “charreteiro” seria um detento que estaria cruzando a ponte Getúlio Vargas.





Imagem9: Fonte: APEJE; Armário:04, Gaveta:02, Pasta 06. Foto:6796

A prisão em sua percepção clássica poderia ser definida como instituição penal que expressa diretamente o poder do estado sobre o cidadão, o leitor não deve se enganar interpretando que a situação na Ilha de Itamaracá era de abandono total, ao contrario, o poder disciplinar, até mesmo no trabalho cotidiano, estava sempre de olhos atentos. A vigilância, normatização e controle das atividades estavam diluídos, através de uma disciplina rigorosa, naquela pequena representação de uma cidade, uma cidade de indivíduos pervertidos, na ótica de Michel Foucault.

Neste sentido, confrontando o acervo iconográfico com as informações relativas aos documentos administrativos pertencentes ao setor de obras públicas do APEJE, envolvendo a construção e os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, foi possível estabelecer paralelos importantes em relação ao contexto estudado. As fotografias nos possibilitaram uma abordagem diferenciada em relação ao objeto, a partir delas foi possível esboçar uma outra perspectiva centrada na ação de grupos sociais que não estavam representados diretamente na documentação administrativa. Neste sentido à imagem assume a atribuição de texto; mais ainda, a associação entre o texto verbal e o texto visual foi imprescindível para que a trama fosse tecida, mesmo que de maneira superficial, pois as possibilidades de análise são inúmeras em relação ao objeto estudado e estas poucas linhas não dariam conta de abarcá-las.

## REFERÊNCIAS

ATAÍDE, Maria das Graças. **A Construção da Verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Ensaios para uma futura história da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.





FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

GAMA, Marcilia. **O D.O.P.S e o Estado Novo, os bastidores da repressão em Pernambuco (1935 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História), UFPE. Recife: CFCH, 1996.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

LEITE, Miriam Moreira. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Moreira. **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. São Paulo: Papyrus, 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: Fotografia e História, interfaces**. Revista Tempo. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “**Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**”, in: Revista Brasileira de História, v.27, número 53, jan-jun-2007.

ROSSINI, Miriam de Souza. O lugar do audiovisual no fazer histórico. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) **História e Linguagens**. Texto, Imagem, Oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Ventos, 2006.



O Colóquio de História  
Perspectivas Históricas  
historiografia, pesquisa e patrimônio  
16, 17, 18 de novembro de 2011

